

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Igor Moreno Ferreira¹

Karlen Rodrigues²

Resumo: Este estudo analisou o lugar da Educação Ambiental (EA) nos instrumentos de gestão do Parque Nacional do Iguaçu. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, com análise de 11 instrumentos de gestão da Unidade de Conservação (UC). Os resultados indicam que a EA é incorporada predominantemente de modo instrumental, associada à sensibilização e interpretação ambiental, sendo o Plano de Manejo o único instrumento que a assume como eixo orientador. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental (PPPEA) representa avanço ao propor abordagem crítica e participativa, porém ainda pouco integrada de modo transversal ao conjunto de instrumentos da UC.

Palavras-chave: Gestão Socioambiental; Unidades de Conservação; PPPEA.

Abstract: This study analyzed the role of Environmental Education (EE) in the management instruments of Iguaçu National Park. A qualitative, exploratory, and documentary approach was adopted, involving the analysis of 11 management instruments of the Protected Area (PA). The results indicate that EE is predominantly incorporated in an instrumental manner, associated with awareness-raising and environmental interpretation, with the Management Plan being the only instrument that assumes EE as a guiding axis. The development of the *Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental (PPPEA)* represents an advance by proposing a critical and participatory approach, which remains only partially integrated in a transversal manner.

Keywords: Socio-environmental Management; Protected Areas; PPPEA

¹Parque Nacional do Iguaçu / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
E-mail: imorenoferreira@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: karlen.rodrigues@hotmail.com.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 108-127, 2025.

Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) ocupam papel central na política ambiental brasileira, sendo espaços privilegiados para experimentação e concretização das diretrizes da conservação no país. Ao articular proteção, uso público, produção de conhecimento e participação social, as UCs materializam princípios e objetivos da política ambiental nacional, operando como laboratórios institucionais de gestão socioambiental (Brasil, 2000).

No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Educação Ambiental (EA) é reconhecida enquanto finalidade estratégica da gestão das UCs, assumindo papel finalístico equivalente ao da pesquisa e da visitação. A legislação estabelece que as UCs devem favorecer “a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Brasil, 2000, art. 4º e art. 5º), trazendo a EA enquanto prática essencial para a sensibilização, a formação crítica e o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade.

Esse papel é ainda mais explícito quando se trata de Parques Nacionais, cuja finalidade inclui, além da preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de EA, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza compatíveis com a conservação (Brasil, 2000, art. 11). Nesse contexto, a EA não é atividade acessória, mas componente estruturante da própria definição de parque nacional no país.

Criado em 1939, sendo a segunda UC do Brasil, o Parque Nacional do Iguaçu (PARNA Iguaçu) destaca-se nesse cenário por sua trajetória histórica e institucional. Ao longo de mais de oito décadas, o Parque se consolidou enquanto uma das UCs mais emblemáticas do país, tanto por sua relevância ecológica quanto por sua expressiva inserção social, econômica e institucional. Nesse contexto, além de figurar entre as UCs mais visitadas do país (Brasil, 2025a; Paraná, 2025), o PARNA apresenta elevada produção de conhecimento científico, com pelo menos 695 autorizações de atividades científicas e didáticas registradas desde 2007 (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2025a), refletindo o seu papel como território estratégico para pesquisa e monitoramento da biodiversidade (ICMBio, 2023a).

Do ponto de vista institucional, o PARNA Iguaçu dispõe de sólida estrutura administrativa e robusto conjunto de instrumentos de gestão, incluindo plano de manejo, planos e programas temáticos, instrumentos de governança participativa e arranjos institucionais formais. Essa configuração faz do PARNA Iguaçu um caso privilegiado para a análise do *lugar* ocupado pela EA no âmbito da gestão de uma UC federal, permitindo, inclusive, reflexões mais amplas sobre a forma como o ICMBio, órgão gestor da unidade, estrutura e operacionaliza a EA em suas políticas e práticas institucionais.

Nesse sentido, este trabalho objetiva compreender o lugar da EA nos instrumentos de gestão desse Parque, permitindo inferir tanto a realidade das

práticas de EA desenvolvidas no território, quanto o tratamento da matéria no âmbito do ICMBio, dada a posição privilegiada do PARNA Iguaçu no sistema brasileiro de UCs. Ao buscar responder a tais questões, o presente estudo se insere no debate sobre a integração entre planejamento, gestão e EA nas UCs, contribuindo para a compreensão do papel estratégico da EA na consolidação da política ambiental brasileira.

Contexto dos Instrumentos de Gestão do Parque Nacional do Iguaçu

Instrumento de gestão, no contexto das UCs, é todo documento voltado a estruturar e orientar a governança, o planejamento, os processos e as ações de manejo da área. Enquanto categoria analítica, os instrumentos de gestão podem variar quanto à sua função, forma jurídica e abrangência de aplicação. Por exemplo, o Plano de Manejo, principal instrumento de gestão das UCs, apresenta abrangência local (específica de cada UC) e função estruturante, na medida em que define valores fundamentais, zoneamento e normas de uso, sendo formalizado por meio de ato normativo do órgão gestor.

No âmbito das UCs federais, o Plano de Manejo é concebido como instrumento de caráter estratégico, orientador da gestão de longo prazo, a partir do qual se estruturam os demais planos e programas necessários à implementação efetiva de seus objetivos. Conforme a metodologia institucional do ICMBio, o Plano de Manejo deve ser complementado por outros planos capazes de minimizar ameaças, proteger os recursos e valores fundamentais e viabilizar o alcance de seu propósito, compondo o denominado portfólio de planejamento da UC (Mello, 2024).

Esse portfólio é constituído por planejamentos temáticos elaborados a partir das necessidades de dados e de planejamento identificadas no próprio Plano de Manejo. Tais necessidades decorrem da análise dos recursos e valores fundamentais, de suas condições atuais, tendências e ameaças associadas, sendo priorizadas conforme critérios de urgência, relevância e capacidade de implementação. Os planejamentos temáticos assumem, assim, função tática ou operacional, detalhando estratégias, ações e mecanismos de implementação orientados pelos componentes fundamentais, dinâmicos e normativos do Plano de Manejo (Mello, 2024).

No caso do PARNA Iguaçu, observa-se a consolidação progressiva de tal portfólio. A partir do Plano de Manejo, publicado em 2018, foram elaborados e publicados instrumentos temáticos como o Plano de Uso Público (2020), o Programa de Interpretação Ambiental (2023) e o Plano de Pesquisa (2023), além do Planejamento Estratégico 2021–2025, que organiza prioridades da gestão de maneira integrada.

É importante destacar que a elaboração do portfólio de planejamento já se configura, *de per se*, relevante processo formativo da UC, capaz não só de equalizar informações e conhecimentos entre equipe e atores sociais, mas também de instituir cultura organizacional voltada ao planejamento e à gestão

estratégicas. No PARNA Iguaçu, o maior exemplo, nesse contexto, foi o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental (PPPEA).

Publicado em 2024, o PPPEA ocupa lugar singular no portfólio de planejamento desse Parque. Diferentemente dos demais planos temáticos, o PPPEA estrutura-se enquanto instrumento orientador das práticas de EA no território da unidade. Sua elaboração decorre de previsão expressa no Plano de Manejo, encontra alinhamento com diretrizes institucionais do ICMBio e foi conduzida por meio de processos participativos, conferindo-lhe caráter pedagógico, transversal e integrador no âmbito da gestão.

Além dos instrumentos formalizados como planos e programas, a gestão do PARNA Iguaçu é também orientada por outros instrumentos que não são planejamentos propriamente ditos, mas que desempenham papel relevante na operacionalização da gestão. Entre eles destacam-se contratos administrativos, como os voltados à concessão de serviços de uso público; instrumentos de parceria, a exemplo de acordos de cooperação com instituições de pesquisa, ensino e conservação; bem como instrumentos de governança, como o regimento interno do conselho gestor da unidade. Esses documentos complementam o portfólio de planejamento ao regular relações institucionais, responsabilidades e processos decisórios, contribuindo para a implementação das diretrizes definidas nos instrumentos de planejamento.

Metodologia

Este trabalho é classificado, quanto aos objetivos, como exploratório, pois busca compreender e investigar um fenômeno ou questão de interesse, proporcionando maior familiaridade com o tema e tornando a questão analisada mais explícita (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023; Gerhardt; Silveira, 2009). Adota abordagem qualitativa, que busca compreender em profundidade significados, percepções e processos envolvidos (Minayo, 2010) e é caracterizada como pesquisa documental, modalidade de investigação que utiliza fontes primárias. Essas fontes consistem em dados originais que mantêm relação direta com os fatos examinados (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009) e se materializam, neste estudo, em documentos institucionais. Considera-se “documento” um conjunto de textos e/ou imagens capaz de registrar, informar ou representar acontecimentos, situações ou processos, funcionando como suporte material de informações e evidências produzidas em determinado contexto histórico, institucional ou social (Fontana; Pereira, 2023).

O *corpus* desta pesquisa é composto pelos principais instrumentos de gestão do PARNA Iguaçu. Sua seleção considerou os critérios de controle de qualidade para fontes documentais propostos por Scott (2009): autenticidade, que verifica a origem e a integridade do documento; credibilidade, que avalia a confiabilidade das informações e a ausência de distorções; representatividade, que examina se o documento é típico de seu conjunto e expressa

adequadamente o universo de materiais relevantes; e significado, que diz respeito à clareza, coerência e inteligibilidade do conteúdo. A adoção desses critérios assegurou que o *corpus* reunisse documentos consistentes e pertinentes ao objeto investigado.

No levantamento inicial, foram identificados 17 instrumentos de gestão específicos do Parque. Como critério de inclusão, definiu-se que apenas seriam analisados os documentos que mencionassem explicitamente a EA, resultando na exclusão de seis instrumentos. Assim, o *corpus* final foi composto por 11 documentos: Plano de Manejo; Programa de Interpretação Ambiental; Plano de Uso Público; Plano de Pesquisa; Mapa Estratégico; Regimento Interno do CONPARNI; Acordo de Cooperação com a UNILA; Acordo de Cooperação com Instituto Pró-Carnívoros; Acordo de Cooperação com Polícia Militar Ambiental; Contrato de Concessão com Urbia Cataratas e Caderno de Encargos - Urbia Cataratas (anexo ao contrato, aqui destacado pela descrição de ações em nível mais operacional). Ressalta-se que o PPPEA não foi incluído na análise documental porque esse documento não desempenha, no contexto desta pesquisa, a função de dado empírico, mas de referência orientadora, servindo de base conceitual para a comparação com os demais instrumentos.

Após a definição do *corpus*, foram estabelecidos os descritores que orientaram a extração e a análise dos conteúdos relacionados à EA. Esses descritores foram organizados em quatro grupos: 1. **diretos** (“Educação Ambiental” e “Educação”); 2. **indiretos** (“sensibiliza”, “conscientiza”, “interpretação” e “comunicação”); 3. **participativos** (“participa”, “engajamento”, “gestão participativa” e “diálogo”); e 4. **formativos** (“capacitação” e “curso”). Cada ocorrência desses termos foi identificada e quantificada nos documentos, e os excertos correspondentes foram sistematicamente recortados para subsidiar a análise. Importa ressaltar que cada termo foi contabilizado apenas quando empregado com relação direta ao objeto de estudo desta pesquisa.

O processo de análise dos documentos seguiu as etapas propostas por Ribeiro *et al.* (2023), fundamentadas em Creswell (2010) e Cellard (2008), conforme apresentado na Figura 1.

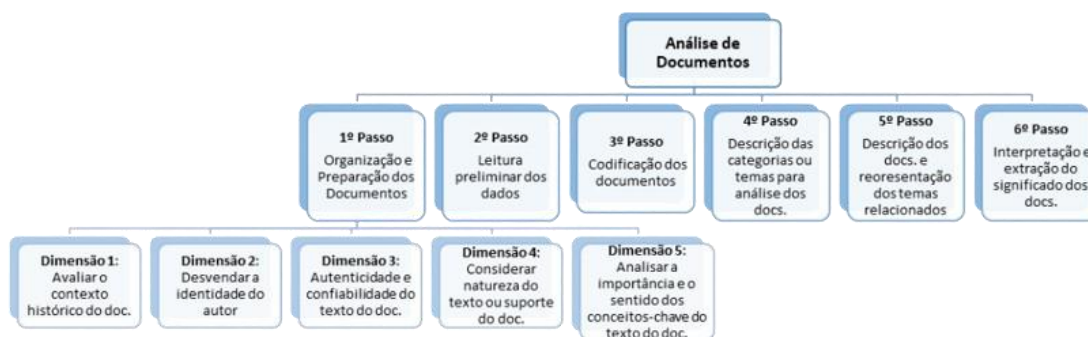


Figura 1: Processo de análise de documentos.

Fonte: Ribeiro *et al.* (2023).

Complementarmente, os dados foram interpretados à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que permitiu organizar e categorizar os sentidos atribuídos à EA nos instrumentos de gestão analisados. O procedimento compreendeu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, envolvendo a definição do corpus, a identificação das unidades de contexto, a seleção das unidades de registro, a categorização e a sistematização dos dados para a elaboração de inferências.

Diante disso, os instrumentos de gestão foram categorizados conforme as formas pelas quais a EA é incorporada nos documentos, a partir de três categorias semânticas de análise: 1. **superficial**: quando a EA aparece apenas como termo genérico, sem detalhamento conceitual ou operacional; 2. **instrumental**: quando a EA é mobilizada como meio para atender objetivos específicos de natureza operacional ou de gestão; e 3. **orientadora**: quando a EA se constitui como eixo estruturante das ações, com diretrizes, metodologias e princípios explicitamente definidos.

Resultados e discussão

Caracterização dos Instrumentos de Gestão

Os instrumentos de gestão analisados neste estudo apresentam heterogeneidade quanto à sua natureza, função, abrangência, autoria e condições de acesso, refletindo a complexidade institucional da gestão do Parque. Conforme apresentado no Quadro 1, o conjunto analisado é composto por planos, normas, contratos e instrumentos de parceria, todos com abrangência local.

Quadro 1: Caracterização dos instrumentos de gestão.

Instrumento de gestão	Ano	Natureza	Função
Plano de Manejo	2018	Plano	Estruturante
Acordo de cooperação - Pró-carnívoros	2020	Parceria	Temática
Plano de Uso Público	2020	Plano	Temática
Mapa Estratégico	2021	Plano	Estratégica
Contrato de concessão - Urbia Cataratas	2022	Contrato	Temática
Caderno de encargos - Urbia Cataratas	2022	Contrato	Temática
Acordo de cooperação - UNILA	2023	Parceria	Temática
Plano de Pesquisa	2023	Plano	Temática
Programa de Interpretação Ambiental	2023	Plano	Temática
Acordo de cooperação - Polícia Militar Ambiental	2024	Parceria	Temática
Regimento interno - CONPARNI	2024	Norma	Estruturante

Fonte: Autoria Própria.

Quanto ao acesso aos documentos, predomina o **acesso público aberto**, caracterizado pela publicação oficial e disponibilidade irrestrita. Os acordos de cooperação enquadram-se majoritariamente como **arquivo aberto**, estando disponíveis integralmente mediante solicitação. Não se identificou instrumentos de acesso fechado ou restrito no *corpus*, indicando elevado grau de transparência documental, conforme os critérios de Scott (1990).

A análise da ocorrência dos descritores nos instrumentos de gestão revela padrões relevantes (Figura 1). Os termos associados à **interpretação** e à **comunicação** concentram as maiores frequências relativas, indicando que a dimensão educativa está majoritariamente expressa por meio de estratégias interpretativas e comunicacionais, especialmente nos planos voltados ao uso público e à interpretação ambiental. Em contraste, o descritor **Educação Ambiental**, na sua forma direta, apresenta menor proporção relativa, sugerindo que a EA é frequentemente incorporada de modo indireto ou transversal e não necessariamente nomeada explicitamente nos documentos.

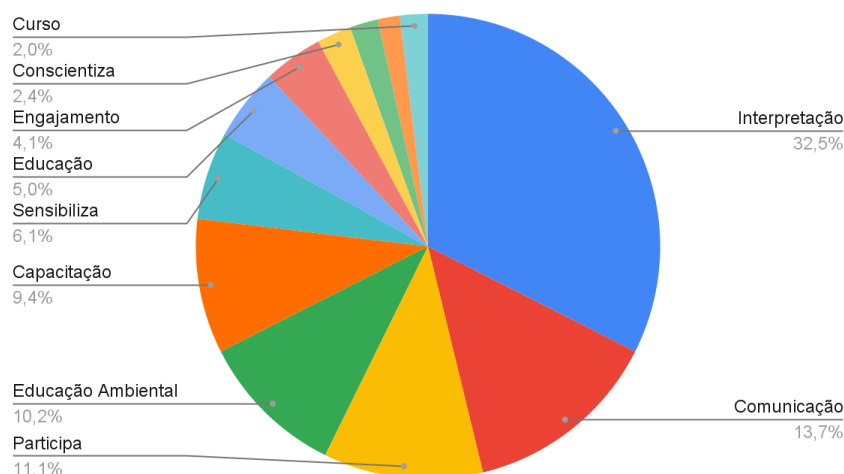


Figura 1: Ocorrência dos descritores nos Instrumentos de Gestão.
Fonte: Autoria Própria (2025).

O Quadro 2 de frequência dos cinco descritores mais recorrentes reforça esse padrão ao evidenciar que os maiores quantitativos de ocorrências de **interpretação** concentram-se no Programa de Interpretação Ambiental, no Plano de Uso Público e no Plano de Manejo, enquanto os termos relacionados à **participação** aparecem de modo mais expressivo em instrumentos de governança e planejamento institucional, como o Plano de Pesquisa e o Regimento Interno do CONPARNI. Já os descritores associados à **capacitação** apresentam maior incidência em instrumentos de parceria e em documentos operacionais, como acordos de cooperação e o caderno de encargos da concessionária, indicando que a dimensão formativa tende a ser deslocada para instrumentos de execução e implementação.

Quadro 2: Cinco descritores com maior frequência

Instrumento de gestão	Interpretação	Comunicação	Participação	Educação Ambiental	Capacitação	Sensibiliza
Plano de Manejo	25	0	6	26	0	2
AC Pró-carnívoros	0	4	3	1	15	0
Plano de Uso Público	46	2	3	1	0	4
Mapa Estratégico	0	1	0	1	2	0
Contrato - UrbiaCataratas	3	3	0	4	6	2
Caderno de encargos - UrbiaCataratas	14	30	0	3	4	2
AC - UNILA	3	7	2	3	0	0
Plano de Pesquisa	2	8	16	6	1	1
Programa de Interpretação Ambiental	56	5	5	0	10	17
AC - Polícia Militar Ambiental	0	2	5	1	5	0
Regimento interno - CONPARNI	0	1	11	1	0	0
Total	149	63	51	47	43	28

Fonte: Autoria Própria.

Incorporação da Educação Ambiental nos Instrumentos de Gestão

A análise dos instrumentos de gestão do PARNA Iguaçu permitiu compreender a diversidade de formas pelas quais a EA é incorporada nos documentos institucionais. No Quadro 3, à exceção do PPPEA, tratado separadamente, esses resultados são apresentados juntamente de excertos que fundamentam a classificação realizada.

Quadro 3: Categorização da incorporação da EA nos instrumentos de gestão

Instrumento	Categoria	Unidade de contexto	Unidades de registro
Plano de Manejo	Orientadora	EA como eixo estruturante da gestão, associada ao planejamento, à participação social e à revisão de diretrizes	“O Parna Iguaçu [...] é uma referência em Educação Ambiental como espaço de diálogo e participação cidadã, interpretação ambiental e construção de conhecimento”; “Reestruturação do plano de Educação Ambiental com foco no contexto atual do Parque”; “Criação da câmara temática de Educação Ambiental no conselho consultivo”.
Programa de Interpretação Ambiental	Instrumental	EA como ferramenta de sensibilização e qualificação da visita	“Qualificar a visita com objetivos educacionais para diferentes perfis de público, sensibilizando quanto a importância do parque para a conservação da sociobiodiversidade”; “A interpretação ambiental é uma ferramenta de grande potencial de sensibilização e aproximação com a sociedade”.
Plano de Uso Público	Instrumental	EA como apoio à experiência do visitante, com centralidade da interpretação ambiental	“Por meio das experiências vivenciadas, das parcerias e da interpretação ambiental, os diferentes atores [...] se sensibilizam e percebem a natureza de uma nova forma”; “[...] Sentimento de contato com a natureza [...]”; Interpretação e aprendizagem sobre os recursos e valores fundamentais do Parque; Encontros frequentes com demais visitantes; Atividades realizadas em grupos, com acompanhamento”.
Plano de Pesquisa	Instrumental	EA como campo aplicado à gestão e à governança	“Pesquisas que subsidiem a avaliação, monitoramento e melhoria contínua da gestão da Unidade de Conservação, com destaque para inteligência, fiscalização e proteção, Educação Ambiental, uso público, turismo e visita, gestão territorial, governança e participação social”; “Adaptação dos materiais e ações de Educação Ambiental aproveitando os resultados das pesquisas científicas”.
Mapa Estratégico	Superficial	EA como objetivo estratégico genérico, sem detalhamento	“Promover e apoiar processos de Educação Ambiental e capacitação externa”.

Continua...

...continuação.

Instrumento	Categoria	Unidade de contexto	Unidades de registro
Regimento Interno do CONPARNI	Superficial	EA como atribuição temática do conselho, sem desenvolvimento conceitual	“Demandar e propor aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e de desenvolvimento socioambiental, ações de conservação, pesquisa, Educação Ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo”.
Acordo de Cooperação ICMBio–UNILA	Instrumental	EA como eixo temático associado a ensino, pesquisa e extensão	“Eixo temático: Ensino, Pesquisa e Extensão; Visitação e Turismo; Comunicação; Educação Ambiental”; “Organizar e apoiar a execução de exposições integrando ações de ensino, pesquisa e extensão”.
Acordo de Cooperação ICMBio–Instituto Pró-Carnívoros	Instrumental	EA como meio para proteção e coexistência entre humano-fauna e engajamento comunitário	“[...] desenvolvimento de projetos de pesquisa, proteção, preservação e Educação Ambiental para garantir a integridade de seu patrimônio ecológico”; “O projeto desenvolve atividades nas áreas de pesquisa e monitoramento, educação e engajamento das comunidades lindeiras ao PNI, diagnóstico da percepção das comunidades sobre as onças e estratégias de coexistência entre populações humanas e onças, buscando reduzir os conflitos”.
Acordo de Cooperação ICMBio–Polícia Militar Ambiental	Instrumental	EA como suporte às ações de fiscalização e proteção	“Desenvolver programas de Educação Ambiental junto à comunidade”; “[...] executar as atividades inerentes à sua missão fim, no que se refere ao policiamento ostensivo ambiental, educação e preservação ambiental”.
Contrato de Concessão – Urbia Cataratas	Instrumental	EA como obrigação contratual e componente operacional do uso público	“Apoio às ações de educação, comunicação e interpretação ambiental”; “incentivo à consciência, interpretação e Educação Ambiental e para a sustentabilidade”.
Anexo B – Caderno de Encargos da Concessionária	Instrumental	EA como serviço a ser implementado junto a usuários, entorno e colaboradores	“[...] desenvolver ações de comunicação e Educação Ambiental para os usuários, voltadas ao conhecimento a respeito da importância da proteção e conservação ambiental do PNI”; “[...] implantar elementos de interpretação e sinalização que abordem a história do local, sua relevância para o PNI e importância ambiental”.

Fonte: Autoria Própria.

O Plano de Manejo foi o único classificado como **orientador**, pois nele a EA está articulada aos objetivos de gestão, às zonas de manejo e às diretrizes estratégicas do Parque. A EA não aparece apenas como conjunto de ações, mas como elemento constitutivo dos Recursos e Valores Fundamentais (RVFs) e da visão institucional da unidade. O documento destaca o papel da EA na promoção de processos educativos que ultrapassam a sensibilização pontual e afirma que o Parque é reconhecido enquanto:

“uma referência em Educação Ambiental como espaço de diálogo e participação cidadã, interpretação ambiental e construção de conhecimento. O Parque também é um laboratório vivo que oportuniza desenvolver, de maneira dinâmica, pesquisas científicas em prol da conservação e da geração de conhecimento” (ICMBio, 2018, p. 13).

Além disso, o Plano de Manejo propõe enquanto necessidade de planejamento a reestruturação do plano de EA, enfatizando que essa revisão deveria considerar o contexto atual do Parque, enfrentar ameaças como caça, pesca e exploração ilegal, e ampliar o alcance das ações para a população do entorno. O documento também relaciona tal reestruturação a questões-chave da gestão, como a própria EA, espécies consideradas prioritárias para a conservação, a onça-pintada e o maciço florestal. Esses elementos evidenciam a intenção institucional de fortalecer a EA e consolidá-la como componente consistente e estrutural da gestão da unidade.

Observa-se ainda que a EA aparece distribuída em diferentes zonas de manejo, sendo mencionada tanto em áreas mais restritivas quanto em áreas mais permissivas. A título de exemplo, na zona primitiva o Plano de Manejo prevê a realização de atividades de pesquisa e de EA associadas a usos de baixo impacto, enquanto na zona intensiva destaca-se a articulação entre recreação e EA em ambientes destinados a maior uso público. Esses exemplos ilustram apenas dois extremos do gradiente de manejo, mas evidenciam que a EA está presente em múltiplas zonas do Parque, assumindo funções distintas conforme o regime de uso previsto. Tal amplitude reforça o caráter transversal na gestão, o que sustenta sua classificação como categoria orientadora.

A predominância, porém, encontra-se na categoria **instrumental**, na qual se insere a maioria dos instrumentos. Nestes, a EA é mobilizada como prática servindo de meio para finalidades específicas de gestão, especialmente relacionadas à interpretação ambiental, uso público, pesquisa aplicada, fiscalização, coexistência com fauna e engajamento comunitário.

No Programa de Interpretação Ambiental, essa finalidade é explícita ao se afirmar que a interpretação busca “qualificar a visita com objetivos educacionais para diferentes perfis de público, sensibilizando quanto a importância do parque para a conservação da sociobiodiversidade” (ICMBio, 2023b, p.15). Diversos projetos listados no documento têm como objetivo central sensibilizar visitantes ou proporcionar conhecimento sobre os processos ecológicos do Parque, demonstrando que a EA é utilizada como instrumento de

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 108-127, 2025.

comunicação e sensibilização ambiental. Registra-se aqui a aparente inversão de papéis demonstrada neste Programa, pois, enquanto estratégia de comunicação, a interpretação ambiental é que deveria ter caráter instrumental para se atingir as finalidades da EA na UC e na sociedade, e não o contrário.

O documento também associa a interpretação ao fortalecimento de relações, prevendo que “as parcerias público-privadas e a participação social serão incentivadas no desenvolvimento dos projetos interpretativos”, além de estabelecer como resultado esperado do programa “fortalecer as parcerias e o engajamento da sociedade em prol do PNI [PARNA Iguaçu]” (ICMBio, 2023b, p.15 e 16). Esses trechos ampliam o escopo instrumental da EA ao vinculá-la à sensibilização do visitante, à construção de redes colaborativas e ao envolvimento social orientado à conservação.

O Plano de Uso Público reforça tal lógica ao associar EA e interpretação ambiental como mecanismos de apoio à experiência do visitante. Nesse contexto, menciona-se, como princípio norteador, a transformação, que busca criar uma nova relação com a natureza a partir das experiências vivenciadas. Observa-se, contudo, que a EA é pouco desenvolvida no documento, aparecendo majoritariamente no histórico, enquanto a interpretação ambiental constitui seu foco. O próprio plano reconhece limitações no cenário atual, ao afirmar que “a interpretação ambiental é restrita, implicando em perda do poder de sensibilização dos visitantes” (ICMBio, 2020a, p. 16), destacando que a EA cumpre papel de suporte, e não de orientação do planejamento do uso público.

No Plano de Pesquisa, a EA aparece vinculada ao desenvolvimento de estudos que subsidiem decisões de gestão. Neste documento, a EA está enquadrada dentro do eixo prioritário da pesquisa “gestão e governança”, juntamente com inteligência, fiscalização e proteção, uso público, turismo e visitação, gestão territorial, governança e participação social (ICMBio, 2023a). Além disso, prevê-se a construção de materiais e ações de EA aproveitando os resultados das pesquisas científicas. Em conjunto, tais elementos demonstram a função instrumental cumprida pela EA, sendo acionada como campo que se beneficia diretamente da produção científica e como componente associado ao aprimoramento das práticas de gestão.

Os acordos de cooperação também exemplificam essa abordagem. No termo firmado com a UNILA, a EA está entre os eixos temáticos, vinculada a ações de ensino, extensão, formação e exposições, com o objetivo de integrar essas atividades no contexto do PARNA Iguaçu (Brasil, 2023c). Já no acordo com o Instituto Pró-Carnívoros, a EA é destacada como essencial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, proteção, preservação e para garantir a integridade do patrimônio ecológico da UC, funcionando como meio para promover a coexistência comunitária com a fauna e o engajamento socioambiental (ICMBio, 2020b). No acordo com a Polícia Militar Ambiental, a EA é voltada para reforçar as ações de fiscalização e proteção, por meio do desenvolvimento de programas de EA junto à comunidade e da promoção de capacitações específicas para o efetivo (ICMBio, 2024a).

Nos instrumentos relacionados à concessão, a EA cumpre papel normativo-operativo. O contrato atribui à concessionária encargos acessórios que incluem o custeio e apoio a ações de educação, comunicação e interpretação ambiental. Esses encargos abrangem o desenvolvimento de projetos de educação socioambiental para públicos formais e não formais, a implementação do Programa Interpretativo do Parque, e o incentivo à consciência e à EA entre visitantes, moradores do entorno, colaboradores do órgão gestor e funcionários da concessionária (ICMBio, 2022). O documento também prevê apoio a atividades existentes e a prospecção de parcerias com a comunidade. O Caderno de Encargos, anexo do mesmo contrato, determina que os espaços de recepção desenvolvam “ações de comunicação e Educação Ambiental para os usuários, voltadas ao conhecimento a respeito da importância da proteção e conservação ambiental do PNI” (ICMBio, 2022, Anexo B, p.03), além de determinar ações de sensibilização, interpretação e comunicação para diferentes públicos. Nesse conjunto, a EA é concebida como parte dos serviços a serem ofertados, integrando protocolos operacionais vinculados ao uso público.

Por fim, o Mapa Estratégico e o Regimento Interno do CONPARNI foram classificados como superficiais, por apresentarem menções breves ou sem desdobramentos conceituais ou metodológicos. Destaca-se que a classificação nesta categoria se dá em razão da própria natureza desses instrumentos. O Mapa Estratégico constitui um documento sintético, estruturado como representação esquemática das relações entre objetivos institucionais, e, por isso, apresenta apenas menções gerais à EA, como “promover e apoiar processos de Educação Ambiental”, cujo desdobramento se dá em planos de ação anuais elaborados pela equipe do Parque (ICMBio, 2022).

De modo semelhante, o Regimento do CONPARNI é um instrumento normativo, voltado a estabelecer competências, estrutura e procedimentos do conselho. Nesse contexto, a EA aparece apenas como uma entre diversas áreas temáticas sobre as quais o colegiado pode se manifestar, a exemplo do Art. 4º, XIII, que prevê “ações de conservação, pesquisa, Educação Ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam a conservação dos recursos naturais do Parque Nacional do Iguaçu, sua zona de amortecimento ou território de influência” (ICMBio, 2024b), sem aprofundamento específico. Assim, a superficialidade observada decorre do propósito institucional desses documentos, que não se destinam à formulação de diretrizes educativas, mas ao ordenamento administrativo e estratégico da unidade.

Os resultados indicam que, embora a EA seja amplamente mencionada nos instrumentos de gestão, sua função e profundidade variam entre eles. Apenas um documento a integra como eixo estruturante, enquanto a maioria a utiliza como recurso aplicado a finalidades operacionais específicas. Essa predominância instrumental é compatível com práticas comuns em UCs, na qual a EA tende a assumir caráter conservacionista e/ou pragmático (Dias; Megid Neto, 2020; Rodrigues; Obara; Sereia, 2023), associando-se a ações pontuais de sensibilização, interpretação e qualificação do uso público, sem

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 108-127, 2025.

constituir uma base político-pedagógica mais ampla, contextualizada e crítica.

Esse cenário demonstra que, apesar do reconhecimento formal da EA nos instrumentos analisados, permanece espaço para o aprofundamento conceitual e para a construção de abordagens educativas mais integradas ao processo de gestão da unidade.

Relações entre a EA nos Instrumentos de Gestão e o PPPEA

A publicação do PPPEA, enquanto instrumento mais recente do Parque, permite compreender como ele se relaciona com os demais instrumentos de gestão e como amplia as discussões acerca da EA no território. A relação estabelecida entre o PPPEA e os instrumentos preexistentes revela a transição de uma EA predominantemente operacional, voltada à sensibilização e apoio às atividades de gestão, para uma EA assumida enquanto componente estruturante da política socioambiental do Parque.

Nos instrumentos produzidos antes do PPPEA, as menções à EA são majoritariamente fragmentadas e distribuídas em ações isoladas, em geral vinculadas à interpretação ambiental, à coexistência com fauna, à fiscalização ou à comunicação com visitantes e comunidades. Em contraste, o documento define-se, logo em sua introdução, como “estratégia de gestão socioambiental que utiliza a EA para conduzir diagnósticos participativos, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de processos que fortalecem a participação social e melhoram a conservação da biodiversidade, a gestão das UCs e a qualidade de vida dos grupos envolvidos” (ICMBio, 2024c, p. 14 *apud* ICMBio, 2018). Essa formulação demonstra que o documento se propõe a aprofundar concepções e práticas educativas já apresentadas nos instrumentos anteriores, conferindo-lhes unidade conceitual e metodológica.

A intenção de articulação do PPPEA com os demais instrumentos de gestão é reforçada pelo próprio documento ao indicar que sua elaboração incluiu processo formativo voltado a identificar as interconexões possíveis entre o PPPEA e os instrumentos do PARNA Iguaçu, visando compreender de que modo poderia complementar e dialogar com esses referenciais para promover uma abordagem integrada à conservação.

O Plano de Manejo, embora tenha sido o único classificado como orientador, apresenta a EA de modo pouco estruturada no que se refere à definição de fundamentos conceituais e diretrizes pedagógicas. Neste contexto, o documento aponta explicitamente para a necessidade de reestruturação do plano de EA, com foco no contexto atual do Parque, o que evidencia que, naquele momento, a EA demandava sistematização teórica e metodológica. O PPPEA responde diretamente a essa lacuna, ao reestruturar o planejamento da EA no território e incorporar elementos ausentes nos demais instrumentos, entre eles a adoção explícita da Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública e da EA Crítica como referência organizadora da ação educativa, baseando-se em conjunto de autores e obras que sustentam essas

perspectivas, como Quintas e Gualda (1995), Quintas (2004; 2006; 2016), Loureiro e Cunha (2008), Layrargues e Lima (2014) e Freire (1997; 2018).

No PPPEA, a EA é compreendida como processo ancorado na gestão ambiental participativa e orientado por princípios que articulam conflitos socioambientais, dimensões socioecológicas e a indissociabilidade entre meio social e natural. Nesse sentido, afirma que ações educativas devem facilitar a comunicação e a mediação de conflitos, promovendo soluções participativas e evitando abordagens simplistas e reducionistas frente à complexidade dos problemas ambientais contemporâneos. Ao enfatizar diálogo, reflexão crítica, participação ativa e fortalecimento da consciência socioambiental, o PPPEA concebe a EA como prática transformadora, capaz de estimular a análise da realidade e promover o protagonismo comunitário na gestão da UC. Assim, ao definir a EA crítica como eixo estruturante, o PPPEA consolida um arcabouço pedagógico e político, deslocando a EA de uma referência geral para uma perspectiva articuladora da relação entre Parque e território e investindo na formação de sujeitos capazes de atuar de maneira consciente e responsável na preservação da unidade.

Nos documentos classificados como instrumentais, a EA aparece vinculada a objetivos operacionais, tais como sensibilizar visitantes, fortalecer ações de fiscalização ou apoiar atividades de coexistência. Embora essas iniciativas reconheçam a EA como ferramenta útil para alcançar determinados fins, elas não apresentam diretrizes teóricas ou metodológicas que orientem sua execução. O PPPEA não substitui essas ações, mas as qualifica ao propor princípios, diretrizes e objetivos estratégicos que conferem maior consistência pedagógica às práticas educativas do território, como quando estabelece a diretriz de “garantir a conformidade do PPPEA com o plano de manejo e outros instrumentos de gestão da UC” (ICMBio, 2024c, p. 91).

Outro elemento ausente nos demais instrumentos e introduzido pelo PPPEA é a realização de diagnóstico socioambiental e territorial participativo. Nenhum documento anterior descreve processos sistemáticos de leitura do território que envolvam comunidades, identifiquem conflitos socioambientais ou articulem saberes locais com os institucionais. Neste contexto, a leitura da realidade envolveu diversos atores sociais dos 14 municípios do entorno da UC, o que permitiu estreitar relações com a comunidade, proporcionando voz e visibilidade aos envolvidos (Sereia *et al.*, 2024). A inclusão desse diagnóstico, construído por meio de métodos participativos e dialógicos, amplia o papel da EA no Parque ao fornecer subsídios para ações educativas e decisões de gestão baseadas na compreensão que a própria população tem das dinâmicas socioambientais do entorno. Com isso, contribui para uma gestão territorial mais inclusiva e coerente com as realidades locais (Sereia *et al.*, 2025).

Outro aspecto inovador do PPPEA diz respeito à inclusão de princípios éticos, políticos e pedagógicos que orientam as ações educativas no território. Esses princípios, como participação social, diálogo entre saberes, justiça socioambiental, acessibilidade, e inclusão, não aparecem nos instrumentos

anteriores, que tratam a EA de modo mais normativo ou operacional. Essa inclusão amplia o escopo da EA, introduzindo fundamentos que ultrapassam a sensibilização ambiental e a comunicação institucional.

É relevante destacar também que o PPPEA propõe uma visão de futuro para a EA, articulando dimensões pedagógicas, comunitárias e de gestão. Essa projeção orienta ações de longo prazo, o que não é observado nos demais documentos, que tendem a descrever atividades ou obrigações mais de médio ou curto prazo. A visão de futuro apresentada pelo PPPEA propõe uma EA que contribua para o fortalecimento do vínculo entre o PARNA Iguaçu e as comunidades lindeiras e ressalta a necessidade de integrar a EA ao planejamento territorial, articulando-a com políticas públicas. Também prevê a ampliação de parcerias institucionais e o reconhecimento de grupos prioritários, com foco na justiça ambiental. Essa perspectiva posiciona a EA como componente estratégico de gestão e não apenas como prática de apoio.

Assim, o PPPEA reorganiza, aprofunda e qualifica a inserção da EA nos instrumentos de gestão do PARNA Iguaçu. Ao preencher lacunas conceituais e metodológicas, estruturar diagnóstico territorial e articular parcerias de modo mais amplo, o documento não substitui a EA apresentada nos demais instrumentos de gestão, mas lhes confere sentido integrado, ampliando a coerência pedagógica e estratégica das ações educativas no território da UC.

Conclusões

A análise dos instrumentos de gestão do PARNA Iguaçu evidencia que, embora a EA esteja amplamente mencionada nos documentos institucionais, sua incorporação ocorre, na maior parte dos casos, de modo instrumental ou superficial. Esse resultado sustenta o argumento central deste trabalho ao indicar que a EA ainda não se apresenta, de maneira predominante, como elemento constituinte e finalístico da gestão da UC, tal como previsto no SNUC e na própria definição da categoria Parque Nacional.

Embora os planos temáticos não tenham a obrigação de abordar a EA de modo homogêneo, uma vez que aprofundam agendas específicas como pesquisa científica ou uso público, o conjunto dos instrumentos analisados revela que esta permanece majoritariamente associada a funções operacionais, como sensibilização, interpretação ambiental, comunicação e apoio a atividades de fiscalização ou de coexistência humano-fauna. Nesse sentido, mesmo com o avanço representado pela elaboração do PPPEA, que inaugura abordagem mais estruturada, crítica e participativa, observa-se que ainda não ocorreu a plena integração da EA como eixo transversal orientador do portfólio de planejamento e dos processos de gestão do Parque.

Diante desse cenário, este trabalho aponta a necessidade de incorporar as diretrizes do PPPEA nos instrumentos de gestão existentes e futuros de modo mais consistente, especialmente no próximo ciclo de planejamento estratégico da unidade. Tal processo representa oportunidade para revisar o

conjunto do portfólio de planejamento à luz do PPPEA, realocando a EA como elemento transversal e estruturante da gestão do Parque.

Cabe ressaltar que o escopo metodológico desta pesquisa se restringiu à análise sistemática dos instrumentos de gestão, ou seja, ao que está formalmente registrado nos documentos institucionais. Assim, para uma compreensão mais aprofundada e prática da realidade da EA no PARNA Iguaçu, torna-se necessário avançar para a análise dos processos educativos efetivamente desenvolvidos no cotidiano da gestão e por seus parceiros no território, o que se apresenta como desdobramento natural e etapa futura desta investigação.

A partir dos resultados obtidos, é possível inferir que, se em uma UC com trajetória histórica consolidada e com um dos mais robustos conjuntos de instrumentos de gestão do país a EA ainda assume caráter majoritariamente instrumental, é plausível supor que cenário semelhante se reproduza em grande parte das UCs federais brasileiras. Essa inferência é reforçada pela ainda reduzida quantidade de PPPEAs publicados no âmbito do sistema federal de UCs, indicando que a institucionalização de abordagens educativas mais estruturadas e críticas permanece incipiente.

Por outro lado, é importante reconhecer os esforços recentes de reposicionamento do ICMBio, expressos, por exemplo, na atualização de sua missão de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” para “cuidar da natureza com as pessoas” (ICMBio, 2025b). Essa mudança explicita inflexão discursiva e política relevante ao incorporar o ser humano como parte integrante da conservação e ao sinalizar a intenção de fortalecer a aproximação entre gestão ambiental e sociedade. Nesse contexto, o PPPEA do PARNA Iguaçu representa não apenas avanço local, mas também indicativo do potencial transformador da EA quando assumida como componente estratégico da política socioambiental das UCs.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2000.

DIAS, C. M.; MEGID NETO, J. Estudo das práticas pedagógicas de Educação Ambiental em áreas protegidas investigadas em dissertações e teses brasileiras. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-25, 2020.

FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. In: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023. p. 42–58.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 108-127, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018. 256 p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Acordo de Cooperação nº 47/2020**, celebrado entre o ICMBio e o Instituto de Conservação dos Carnívoros Neotropicais – Pró-Carnívoros. Brasília, DF, 2020b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Acordo de Cooperação Técnica nº 13986809/2023**, celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Florianópolis, 2023c.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Acordo de Cooperação Técnica nº 19214773/2024**, celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Polícia Militar do Paraná, com interveniência do Batalhão de Polícia Militar Ambiental Força Verde. Florianópolis, 2024a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Autorizações SISBio no Parque Nacional do Iguaçu: 2007–2025**. Relatório técnico (planilha). Brasília: ICMBio, 2025a. Emissão em 20 out. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Contrato de concessão para prestação dos serviços públicos celebrado entre o ICMBio e a concessionária Urbia Cataratas S.A.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/concorrenci/2021/edital-de-concorrenci-no-03-2021-parna-do-iguacu-errata-1-2021-versao-atualizada-30-12-2021> Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Mapa estratégico do Parque Nacional do Iguaçu 2021-2025**. Versão 2022. Foz do Iguaçu, 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Missão**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/missao>. Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de pesquisa do Parque Nacional do Iguaçu**. 1. ed. Brasília, DF: ICMBio, 2023a. Documento técnico.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de uso público do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, DF, 2020a. Documento técnico.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Programa de interpretação ambiental do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, DF, 2023b. Documento técnico.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu (PPPEA)**. Foz do Iguaçu, PR, 2024c. Documento técnico.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Regimento interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (CONPARNI)**. Parque Nacional do Iguaçu, 2024b.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LÖSCH, S.; RAMBO, C.A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, e023141, 2023.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. **Prânsis**, v. 1, p. 35-42, 2008.

MELLO, R. B. **Planejamentos temáticos das unidades de conservação federais**: orientações para elaboração. 1. ed. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 9-28.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Cataratas do Iguaçu atraem mais de 1,1 milhão de visitantes em 2025**. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cataratas-do-iguacu-atraem-mais-de-1-1-milhao-de-visitantes-em-2025>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **181 mil pessoas**: Parque Nacional do Iguaçu registra visitação recorde para outubro. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/181-mil-pessoas-Parque-Nacional-do-Iguacu-registra-visitacao-recorde-para-outubro>. Acesso em: 13 dez. 2025.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de Educação Ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identities da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 108-127, 2025.

QUINTAS, J. S. PEA, DSP e Intencionalidade Pedagógica: percepção ingênua ou desvelamento da realidade?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 11, 36-45, 2016.

QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **A formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Ibama, Brasília, p. 1-9, 1995.

QUINTAS, José Silva. **Introdução a gestão pública**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2 ed., 2006. 134 p.

RIBEIRO, F. B. V.; PICALHO, A. C.; CUNICO, L.; FADEL, L. M. Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 17, n. 1, p. 100-113, 2023.

RODRIGUES, K.; OBARA, A. T.; SEREIA, D. A. O. Educação Ambiental em Unidades de Conservação brasileiras: uma revisão sistemática das macrotendências político-pedagógicas. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 19, n. 5, p. 320-335, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17271/1980082719520234727>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SCOTT, J. **A Matter of Record**: Documentary Sources in Social Research. Cambridge: Polity Press, 1990.

SEREIA, D. A. O.; RODRIGUES, K.; BORDIGNON, L. A. M.; BORBA, R.; RIBEIRO, L. M.; SANTOS, J. U. Elaboração de PPPEAs: proposta de método para leitura da realidade territorial em Unidades de Conservação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2025, Curitiba, PR. **Anais [...]**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2025. p. 1-12.

SEREIA, D. A. O.; RODRIGUES, K.; BORDIGNON, L. A. M.; PACHECO, R. B. D.; PONTES, S. R. S.; SANTOS, J. U. Participação social na elaboração do Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 7, p. 319-333, 2024.